

Um *outsider* no império: o pensamento político de Tavares Bastos

Ricardo Bruno da Silva Ferreira

Ricardo Bruno da Silva Ferreira

é doutor em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: ricardobruno2004@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a trajetória política e intelectual do deputado alagoano Aureliano Cândido Tavares Bastos (1839-1875) a partir de um estudo centrado na biografia e na discussão de suas principais obras. A escolha do referido autor se deve ao fato de que este ocupou uma posição de destaque na história do pensamento político e social brasileiro como intérprete de seu tempo. O programa político de Tavares Bastos perseguia a conjunção de uma ética da convicção trilhada sob a ética da responsabilidade, conjugando num plano prático e objetivo um conjunto de princípios que norteavam a sua práxis política. Ao visualizarmos a obra de Tavares Bastos, verifica-se que ele operava no campo do realismo político visto que a sociedade e o Estado brasileiro eram tomados como objeto de análise e campo de intervenção política. A fonte dos males nacionais, no olhar de Tavares Bastos, possuía uma natureza política e referia-se à centralização político-administrativa. As ideias defendidas pelo político alagoano tinham como finalidade a implementação de profundas reformas no Estado imperial, combinando a plataforma liberal derivada de sua psique americanista com uma proposta adequada à realidade nacional. De um modo geral, pode-se dizer que o “problema social” figurou como uma das ideias centrais que nortearam o pensamento político do deputado alagoano que, desde os escritos acadêmicos, mostrava preocupação com a escravidão e com as mazelas sociais da sociedade brasileira. Trilhamos a proposta de se pensar Tavares Bastos como o preceptor político e ideológico da geração de 1870 ao trazer para o debate público uma série de questões que influenciaram os membros dessa geração, tais como: a abolição da escravatura, a imigração, a descentralização político-administrativa, o federalismo, a reforma agrária, a instrução pública e a criação de leis trabalhistas. Na primeira parte do artigo, analisamos criticamente a biografia política de Tavares Bastos, enfatizando a sua trajetória enquanto homem público, seja na política, como no meio intelectual. Em seguida, traçamos um panorama geral acerca das principais ideias do pensador alagoano Tavares Bastos tomando como eixo de análise as suas principais obras.

Palavras-chave

Tavares Bastos – Liberalismo – Segundo Reinado – Federalismo.

Abstract

This article aims to analyze the political and intellectual trajectory of Brazilian deputy Aureliano Candido Tavares Bastos (1839-1875) from a study that focus on his biography and discusses his major works. The choice of this author is due to the fact that he occupied a prominent position in the history of Brazilian Political and Social Thought as an interpreter of his time. The political program of Tavares Bastos sought to join an ethic of conviction and an ethic of responsibility, combining in a practical plan and order a set

Um *outsider* no império: o pensamento político de Tavares Bastos

Ricardo Bruno da Silva Ferreira

of principles that guided his political praxis. To understand the work of Tavares Bastos, we need to think into a political realism field because the society and the Brazilian State were taken as objects of analysis and political intervention. According to Tavares Bastos, the source of the national problems had a political nature and referred to the political and administrative centralization. His political ideas aimed to implement some deeply reforms in the imperial state combining with the liberal platform derived from his american psyche with an appropriate proposal to the national reality. In general, we can say that the “social problem” figured as one of the central ideas that guided the political thought of Tavares Bastos that since the academic writings showed his preoccupation with slavery and the social problems of Brazilian society. We try to think Tavares Bastos as the political and ideological mentor of the generation of 1870 to bring to the public debate a number of issues that influenced the members of this generation, such as the abolition of slavery, immigration, political administrative decentralization, federalism, land reform, public education and the creation of labor laws. In the first part of the article, we discuss the political biography of Tavares Bastos emphasizing his history as a public man, whether in politics, as in the intellectual area. Then we draw a general overview about Tavares Bastos, his main ideas and works.

Keywords

Tavares Bastos – Liberalism – Second Empire – Federalism

Na história do pensamento político brasileiro, poucos foram os que produziram uma vasta produção teórica com um nível elevado de sofisticação intelectual em tão pouco tempo, como se deu com Aureliano Cândido Tavares Bastos. Buscamos neste artigo caracterizá-lo como um pensador, um intérprete do Brasil, alguém que refletiu sistematicamente sobre as grandes questões nacionais oferecendo soluções para os problemas que assolavam o país, notadamente, a centralização político-administrativa. Antes de adentrarmos mais particularmente no pensamento político do deputado alagoano, cabe traçarmos uma biografia política a respeito do autor, de modo a facilitar a compreensão acerca da sua vida e obra. Certamente, a produção teórica e a biografia de um pensador constituem aspectos intrinsecamente e organicamente relacionados entre si, de modo que a demarcação desses campos contempla uma opção metodológica do autor sobre o objeto estudado. Perseguimos em nossa análise a visualização de Tavares Bastos como o preceptor da geração de 1870, logo, como um “semeador de ideias”, conforme sinalizado por seu biógrafo Carlos Pontes. Defendemos que a agenda política liberal proposta por Tavares Bastos influenciou uma geração de políticos e intelectuais do império que deram materialidade às ideias do deputado alagoano.

Biografia política

À época da infância de Tavares Bastos, predominava no cenário político de Alagoas a disputa entre os clãs políticos da região, do qual o seu pai, José Tavares Bastos havia tomado parte ativa nos principais acontecimentos que ocorreram no período¹. Os primeiros estudos de Aureliano foram orientados pelo pai, latinista e professor de filosofia, que se desdobrava entre a atividade política e o desenvolvimento intelectual do seu primogênito. Em 1854, aos com 15 quinze anos de idade incompletos, Tavares Bastos conseguiu permissão para se matricular na Academia de Direito de Olinda, transferida ainda neste mesmo ano, para Recife. Um ano depois, Aureliano remaneja os seus estudos acadêmicos para São Paulo, acompanhando o pai, que havia encerrado a carreira política em Alagoas para seguir como juiz de direito no Sudeste. A inserção de Aureliano em um circuito acadêmico dinâmico possibilitou o seu amadurecimento intelectual e o contato com diversas ideias em voga, vindas de estudiosos, futuros estadistas, como: Francisco Belisário de Sousa, Andrade Figueira, Laffayette Rodrigues, Ferreira Viana e Paulino de Souza. Em um ambiente heterogêneo e rico em possibilidades políticas e intelectuais, Tavares Bastos perseguiu com curiosidade os diversos campos do conhecimento, passando ora da literatura à poesia, da crítica filosófica e literária às questões sociais, do universo jurídico ao problema da educação. No âmbito universitário, Tavares Bastos angariou sucesso logo no início de sua formação, sendo considerado por muitos de sua geração como um dos “espíritos eminentes do seu tempo”. Tavares Bastos norteava suas discussões por um sentido objetivo e um corte humanitário, sendo considerado como um dos primeiros autores realistas brasileiros ao se defrontar desde muito cedo com os males que assolavam o país.

Desde jovem, Tavares Bastos tratou de questões importantes para a sociedade brasileira, participando ativamente de diversas comunidades acadêmicas e órgãos literários. Coube ao político alagoano uma análise depurada acerca dos problemas que assolavam o Brasil e que comprometiam o seu desenvolvimento. Em 1851, Aureliano já havia publicado uma série de artigos, com destaque para dois estudos de Direito Criminal na Revista Mensal. Em 1853, Tavares Bastos escreveu os artigos *Esboço de Psicologia e Emancipação da escravatura*, além de ter publicado poesias, prática comum à juventude de seu tempo. As suas atividades publicísticas não interferiram na notabilidade acadêmica de Bastos: publicava em jornais da corte como o Correio Mercantil e, ao mesmo tempo, destacava-se como um dos melhores alunos da Faculdade de Direito. Em poucos anos, Tavares Bastos ganhou o reconhecimento intelectual não apenas dos seus colegas de faculdade, como também angariou o respeito e a admiração de outras gerações, como ocorreu com José Tell Ferrão, que o convidou para prefaciá-lo o livro *Exercícios de composição*. Participou em 1858 da fundação do Instituto Acadêmico Paulistano. Também neste ano, Tavares Bastos bacharelava-se em Direito, aos 19 anos, e com 20, completados em 1859, Bastos adquiriu o título de doutor.

Após a formatura, Tavares Bastos ocupou na Corte o simplório cargo de oficial da Secretaria da Marinha, função esta que estava aquém de suas qualificações técnicas e intelectuais. Decide, então, participar das eleições de 1860, primeiro círculo eleitoral de Alagoas, apresentando ao eleitorado local as suas qualificações intelectuais, bem como o peso político de seu sobrenome que havia feito história através da atividade política paterna. As eleições para a décima primeira legislatura erigiam-se sob o signo da Segunda Lei dos Círculos. Bastos conseguiu, assim, angariar a simpatia política de seus conterrâneos ao aglutinar em votos a adesão de forças políticas distintas, tornando-se, de tal modo, deputado por quase unanimidade do universo total de eleitores. Não se pode esquecer a influência política que José Antônio Saraiva (1823-95), o Conselheiro Saraiva, exercera sobre Aureliano ao longo da vida. Poderíamos utilizar o jargão moderno de “padrinho político” para expressar a relação que se estabelecia entre o mentor e o discípulo político.

Ao deputar-se, Tavares Bastos possuía apenas 22 anos, sendo o mais jovem parlamentar do império. Das personalidades que compunham o Parlamento, a figura que mais causava admiração no político alagoano era José Bonifácio, o moço. Andrada havia proferido um brilhante discurso na Câmara dos Deputados que tinha como alvo direto o gabinete Caxias. Neste histórico discurso, Bonifácio utilizou-se de toda sua eloquência para compor uma análise histórica acerca dos ‘vícios’ que assolavam a vida política no Brasil, elencando a centralização político-administrativa como o pior de todos os males. O diagnóstico laborado por José Bonifácio, o moço, inspirou Aureliano Cândido Tavares Bastos a compor um dos mais célebres panfletos políticos da história do império, *Os males do presente e as esperanças do futuro*, escrito em 1861 sob o pseudônimo de Um Excêntrico. Na segunda parte desse artigo, traçaremos uma reflexão mais aprofundada acerca dessa obra. Limitamo-nos nesse momento a oferecer ao nosso leitor as circunstâncias históricas de composição de uma obra que inspirou inúmeras gerações.

A visão de Bastos, a capacidade de difusão de uma ideia só teria valor no universo político se estivesse conectada à realidade.

Um episódio marcante na biografia política de Tavares Bastos foi a contenda que envolveu o seu nome e o do ministro da Marinha do Gabinete Caxias, o oficial Joaquim José Inácio

(1808-1869), futuro visconde de Inhaúma. A crítica do deputado alagoano aos negócios da Marinha na tribuna do Parlamento foi encarada pelo ministro como um ato de afronta e insubordinação, tendo em vista que Bastos ocupava o cargo subalterno de oficial desta pasta. O desgosto do ministro por ter sido criticado publicamente rendeu a Tavares Bastos a demissão no dia seguinte ao término da sessão legislativa, em 16 de setembro de 1861. Cabe, no entanto, advertir que não havia intenção deliberada de Aureliano em atacar diretamente o gestor do ministério, tão somente buscava criticar a hipertrofia de um sistema político centralizado que regulava por completo a administração pública.

A exoneração do modesto cargo burocrático de oficial de Secretaria da Marinha impeliu Tavares Bastos a travar um vigoroso embate político contra os gestores do Ministério; publicando uma carta assinada pelo pseudônimo *O Solitário*, no *Correio Mercantil* em 19 de setembro de 1861, sete dias após a demissão. Sucederam-se periodicamente outras cartas, logo após a publicação desta durante o período de seis meses. As *Cartas do Solitário* suscitaram bastante curiosidade por parte de leitores e políticos do regime sobre a identidade do enigmático autor que tocava em temas nevrálgicos da vida política e social brasileira, tecendo considerações pertinazes acerca de graves questões nacionais. Suspeitava-se à época de diversos nomes, porém os únicos que sabiam a identidade do escritor das famosas cartas eram Francisco Otaviano e Muniz Barreto, donos do *Correio Mercantil*, além do Conselheiro Saraiva, amigo e mentor político de Tavares Bastos. Findo o semestre, o *Correio Mercantil* revelava ao público a autoria das cartas que havia ganhado o respeito dos mais importantes homens de Estado do império. Além do mais, o periódico salientava que a publicação das cartas pelo deputado por Alagoas configurava-se como uma “luta pela honra” por ter sido demitido do cargo burocrático por seguir opinião crítica à Secretaria da Marinha.

A primeira edição das *Cartas do Solitário* aparece em volume ao público em maio de 1862 quando foram adicionados à obra alguns ensaios sobre a liberdade de cabotagem, a abertura do Amazonas e a comunicação com os Estados Unidos. Apesar da abordagem impessoal das *Cartas*, a réplica do ministro da Marinha, Joaquim José Inácio, foi marcada pelo tom agressivo e por ataques à vida particular do seu antigo subordinado, após saber a identidade do ilustre opositor. A polêmica envolvendo Tavares Bastos e o ministro da Marinha repercutiu na imprensa da época, a qual estava politicamente dividida. Proliferaram-se ainda nos periódicos *Correio da Tarde* e *Jornal do Comércio* críticas ao deputado por parte de escribas recrutados pelo governo a fim de desacreditar o deputado e arguir em defesa do ministro. Tavares Bastos deu continuidade às suas críticas ao governo no *Correio Mercantil*, alvejando ataques contra outros membros governistas, como Saião Lobato e José Maria da Silva Paranhos. Com o retorno das atividades parlamentares, Bastos reascende as discussões políticas na Câmara dos Deputados ao proferir discurso tomando como alvo o ministro dos Negócios Estrangeiros a respeito de litígios internacionais envolvendo o Brasil e o Paraguai. Com a posse do gabinete liberal de Pedro Araújo e Lima, o marquês de Olinda, em 30 de maio de 1862, Tavares Bastos, simpático ao novo governo, profere célebre discurso em 3 de junho deste ano, atacando o ex-ministro da Marinha, bem como o governo anterior. José Maria da Silva Paranhos, futuro visconde do Rio Branco, aproveitou a situação para retratar publicamente o gabinete que compusera, explicando as razões da exoneração e desculpando-se pelo ocorrido.

Em 12 de maio de 1863, ocorre a dissolução da Câmara dos Deputados por decreto. No novo pleito, Tavares Bastos obtém a reeleição numa bancada que havia se renovado

quase por completo. Aos 23 anos, Tavares Bastos já era uma personalidade respeitada entre seus pares por ter entre os seus feitos, publicado as célebres *Cartas do Solitário*, e por ter enfrentado poderosas lideranças partidárias, como Caxias e Paranhos. A despeito da diversidade ideológica da Câmara de 1864, Bastos não se enquadrou em nenhum dos diversos grupamentos políticos existentes, preservando a sua autonomia e independência política. Esse traço de sua personalidade levou-o por diversas vezes ao isolamento político e provocou a antipatia dos chefes partidários. O próprio liberalismo que ele professava não seguia os cânones do Partido Liberal. Concebemos, desse modo, Tavares Bastos como um outsider, visto que tanto na vida parlamentar como na atividade publicística, buscou o desenquadramento e a diferenciação do jogo de poder dominante. Na nova legislatura, Tavares Bastos havia apresentado à mesa da Câmara o projeto de subvenção do telégrafo submarino, que teria como fim a interligação das diversas províncias entre si, assim como o estabelecimento de uma via de comunicação com outros países. Importante ressaltar que, no que tange aos aspectos econômicos, Bastos defendia o não intervencionismo estatal na economia, criticava a elevação de tarifas aduaneiras e mecanismos de proteção à incipiente indústria nacional.

Em 15 de janeiro de 1864, ocorre a dissolução do gabinete de Olinda, que acaba sendo substituído por Zacarias de Góis e Vasconcelos, devido aos constantes embates envolvendo o governo e a Câmara na legislatura vigente. Dentre as diversas personalidades políticas da época, o Conselheiro Saraiva era certamente a liderança política ao qual Tavares Bastos mais se afeiçoava; e a estreita relação entre ambos fez com que o político alagoano aceitasse o incobiçado cargo de secretário da missão especial às repúblicas do Prata; licenciando-se, assim, provisoriamente da função parlamentar. Concretizada a missão Saraiva, Tavares Bastos segue em excursão rumo à Amazônia com a finalidade de conhecer as necessidades da região. No interm dessas duas viagens, decorreram importantes acontecimentos políticos: a queda dos gabinetes ministeriais de Zacarias de Góis e Vasconcelos (15/01/1864 a 31/08/1864) e de Francisco José Furtado (31/08/1864 a 12/05/1865); bem como o início da Guerra do Paraguai (1865-1870). Sob o clamor da defesa nacional contra o inimigo estrangeiro, o novo governo presidido pelo Marquês de Olinda (12/05/1865 a 03/08/1866) era composto por lideranças liberais caras à Tavares Bastos, dentre as quais se destacam Nabuco de Araújo e José Antônio Saraiva. As circunstâncias políticas favoráveis permitiram a ousadia política do parlamentar alagoano, o que derivou na proposição de uma série de iniciativas liberais, como os debates acerca da navegação de cabotagem e o projeto de lei que visava estabelecer comunicações diretas entre Brasil e Estados Unidos. O fato é que a correlação política de forças do referido contexto histórico funcionou como elemento positivo na concretização dos projetos políticos de Tavares Bastos, como se observa no apoio que obtivera no Parlamento nos debates acerca do estabelecimento de vias de comunicação com os Estados Unidos, bem como a adesão do amigo José Antônio Saraiva, ministro dos Negócios Estrangeiros, à causa amazônica.

Bastos defendera pela primeira vez a abertura do Rio Amazonas na sessão parlamentar de 8 de julho de 1862, fazendo desta causa uma de suas principais bandeiras políticas. Pode-se afirmar que Tavares Bastos desempenhou papel-chave na campanha em prol da liberdade de navegação nesta via fluvial, defendendo a livre circulação de embarcações estrangeiras. Tema de natureza movediça, o “problema amazônico”, como denominado por Bastos, não ocupava o cerne das preocupações políticas dos estadistas brasileiros visto que essa questão era tratada ora como ameaça à soberania e defesa nacional, ora como

temor ao imperialismo dos países centrais. O jovem deputado combatera com veemência o que classificara como “falsos perigos”, argumentando que a abertura do Amazonas poderia contribuir para a melhoria das condições de vida das comunidades ribeirinhas ao levar à região desenvolvimento. Verifica-se no discurso de Tavares Bastos a concepção de uma visão etnocêntrica, que concebia a existência de um princípio civilizador presente no elemento estrangeiro, sobretudo norte-americano e europeu, capaz de difundir progresso num espaço supostamente caracterizado pelo atraso. Problema suscitado pioneiramente no Brasil no panfleto *Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro*, prossequindo com maior labor teórico nas *Cartas do Solitário*, a causa amazônica angariou a rejeição de parcela expressiva da opinião pública. Tavares Bastos classificava as críticas direcionadas à abertura do Amazonas como uma “política chinesa do egoísmo estéril” cujo “preconceito” obstruía o progresso numa região onde o Estado pouco ou nada se fazia presente. A obra *The Amazon and Atlantic Slopes of South America* (1853), do cientista estadunidense Matthew Fontaine Maury (1806-73) inspirou Tavares Bastos na arguição em prol da liberdade de navegação do rio Amazonas.

Ao retornar da viagem à região Amazônica, Tavares Bastos volta-se para a redação e publicação de *O Vale do Amazonas* (1866), obra que busca tratar analiticamente da pesquisa de campo que empreendera na região amazônica, de modo a abordar questões como a livre navegação, o comércio com as nações estrangeiras, os limites territoriais com os países fronteiriços, o estabelecimento de entrepostos fiscais e alfândega, as condições de navegação no rio Amazonas e seus afluentes, e a melhoria das condições de vida dos povos ribeirinhos. A consagração política de Tavares Bastos sobre o tema ocorreu em 7 de dezembro de 1866, quando adveio a promulgação do decreto imperial determinando a abertura do Amazonas. Com o triunfo sob a questão que tanto pleiteara, a imprensa nacional reconheceu os méritos da causa ao deputado alagoano. A importância do feito coube também ao novo governo presidido por Zacarias de Góis e Vasconcelos (03/08/1866 a 16/07/1868), que conseguiu a aprovação do projeto; a despeito do irreconhecimento do gabinete anterior na figura do ex-ministro José Antônio Saraiva, que havia se dedicado ao projeto, submetendo-o ao Conselho de Estado. De acordo com Tavares Bastos, o resguardo legal sobre a liberdade de navegação no rio Amazonas não auferia garantias de progresso econômico da região, tornando-se indispensável a consecução de uma série de medidas tomadas em conjunto, a fim de instituir as condições do desenvolvimento regional. Tavares Bastos buscou analisar as questões sobre inúmeros aspectos e no que diz respeito ao desenvolvimento do Vale do Amazonas, considerava imprescindível o povoamento da região a partir da imigração. Para tal, o Estado deveria resguardar certos direitos básicos para a captação do trabalho imigrante, como a liberdade de culto e religião, a instituição do casamento civil, a consecução de uma reforma administrativa e de novo regime de terras.

Em 1866, ano de intensa atividade política e intelectual na biografia do deputado por Alagoas, Tavares Bastos se dedicou à defesa do Gabinete de Olinda ao qual lhe depositava confiança pelas avançadas iniciativas liberais empreendidas pelos ministros deste governo. Ao findar o governo que lhe era simpático, Zacarias de Góis e Vasconcelos² assumia a presidência do Conselho de Ministros, ao passo que Tavares Bastos fora reeleito deputado para a décima terceira legislatura. A Guerra do Paraguai (1864-70) dominava a pauta política do país, sendo assunto constante na imprensa, no Parlamento e no governo brasileiro. Ademais, estabelecer-se-iam divergências inconciliáveis entre o novo gabinete e o parlamentar, as quais se iniciaram pela oposição de Tavares Bastos ao projeto de

reforma bancária, quando ele votou contra a iniciativa do governo. Envolveu-se ainda em um imbróglio político³ com o ministro da Justiça, Martin Francisco, após sair em defesa de Gavião Peixoto na tribuna da Câmara na sessão de 4 de junho de 1867. No dia seguinte ao embate político, Tavares Bastos proferia notável discurso cujo alvo era o Gabinete Zacarias, criticando-lhe a política do ministério, em especial, a conduta do governo frente ao conflito militar com o Paraguai, a política financeira do país e a supressão dos melhoramentos materiais.

Em resposta ao discurso de Bastos, Zacarias de Góis e Vasconcelos discorre no Parlamento valendo-se de ataques pessoais ao estadista alagoano, aludindo ao episódio que culminou na demissão da Secretaria da Marinha e à sua baixa estatura física. No decorrer dos últimos anos, processara-se no espírito de Tavares Bastos um desencantamento com o mundo da política, derivado da esterilidade da vida política brasileira. Durante as férias parlamentares de outubro de 1867 a maio do ano seguinte, Tavares Bastos partiu rumo à Europa para se dedicar ao estudo, à visita a museus de arte e a instituições de ensino, após ter sido acometido por uma infecção de tifo durante alguns meses. Desilude-se também com a política europeia, como revela as cartas endereçadas ao conselheiro Nabuco de Araújo (PONTES, 1975). Se o cenário político parecia-lhe ruim com o Ministério Zacarias, a situação do deputado piorara com a ascensão ao poder dos conservadores presididos pelo Visconde de Itaboraí. A emergência de sucessivos gabinetes saquaremas legaria ao político alagoano a consecução de um ostracismo forçado.

Em 1868, a escolha de um candidato ao senado por D. Pedro II da não preferência do presidente do Conselho de Ministros, Zacarias de Góis e Vasconcelos, desencadeou uma crise que culminou no pedido de demissão do gabinete liberal, e a consequente dissolução da Câmara dos Deputados, que havia se alinhado ao gabinete. Em represália, o Partido Liberal se recusou a participar das eleições seguintes e lançou um manifesto comum em que denunciava: a utilização da força para coagir os eleitores a votarem nos candidatos conservadores; a intervenção armada no processo eleitoral; o conseqüimento de prisões arbitrárias; a coerção sobre o funcionalismo público e a falta de segurança dos juizes de paz e mesários liberais, reivindicando, de tal modo, o abandono peremptório do partido no pleito que elegeria a próxima legislatura. A desgraça comum reaproximara os dissidentes liberais do partido, tendo como alvo o novo governo saquarema. Desse modo, Tavares Bastos assinara o manifesto publicado no *Jornal do Comércio* de 8 de setembro de 1868, ao lado de Nabuco de Araújo, Zacarias de Góis e Vasconcelos, Saldanha Marinho, Teófilo Otôni, Francisco Otaviano, Souza Franco, Joaquim Manuel de Macedo, dentre outros. A falta de perspectivas políticas em tal conjuntura histórica levou Tavares Bastos a se entrenchear no jornalismo, fazendo do ramo sua principal forma de enfrentamento político. Passou a dirigir o *Diário do Povo* junto com Lafayette Rodrigues Pereira a fim de tornar o referido periódico um veículo sistemático de oposição e de crítica ao gabinete instituído.

O afastamento legislativo, em decorrência do longo período de domínio conservador, levou os membros do Partido Liberal a buscarem novos mecanismos contra-hegemônicos dispostos fora do Parlamento, dos quais se destacam o *Diário do Povo* e o *Clube da Reforma*. No primeiro caso, o periódico havia se tornado “a principal trincheira de combate dos liberais”, reservando-se à crítica ao governo conservador, sobretudo na figura de Duque de Caxias; como também censurando o Poder Moderador, condescendente com a situação política desfavorável aos luzias. O político alagoano escrevera com assiduidade

no Diário do Povo cujos artigos versavam não somente sobre as questões políticas do momento, como também sobre grandes causas aos quais se detivera ao longo de sua vida. No que diz respeito ao Clube da Reforma, sua fundação data de 7 de abril de 1869 e a reunião inaugural realizada na residência do político alagoano congregou 27 liberais, progressistas e históricos. No dia 12 de maio do aludido ano, o Clube da Reforma publica o periódico *A Reforma*, destinado a divulgar as ideias e dar visibilidade política ao grupo durante o período em que perdurasse o domínio saquarema.

A hegemonia política conquistada pelos saquaremas a partir de 1868 levou os liberais a se unirem tendo em vista a formalização de uma oposição. As antigas incompatibilidades político-ideológicas entre os membros do Clube da Reforma fizeram com que os liberais mantivessem certa unidade diante do inimigo comum. No entanto, tais incompatibilidades tenderam a se acentuar ao longo do tempo, especialmente pela atuação do líder Zacarias de Góis e Vasconcelos, nome que não agradava a totalidade dos signatários do clube. O acúmulo de divergências entre os dois grupos que compunham o Clube da Reforma progrediu até o seu dissídio final. Condenando o posicionamento antiliberal de Zacarias, Tavares Bastos permanece cético no que se refere ao futuro do grupo e insatisfeito com o ultramontanismo e a atuação política de Zacarias. Eis que ocorre a cisão definitiva entre liberais e progressistas no Clube da Reforma, em junho de 1870. Este fato merece atenção especial uma vez que as divergências no campo do liberalismo brasileiro sinalizavam para a construção de uma alternativa política que se esboçou a partir da década de 70 do século XIX; apontando para a edificação de um novo paradigma liberal de tendência radical que emergiu no cenário político do império propondo mudanças significativas naquele modelo de sociedade. O liberalismo radical contrapôs-se à corrente majoritária presente nos quadros do Partido Liberal, agindo como vanguarda dissonante ao propor reformas no Estado imperial.

Publicada em julho de 1870, *A Província* obteve enorme repercussão nos círculos políticos da época, angariando especial atenção da imprensa que consagrou a obra do pensador alagoano. Em todos os espectros políticos, *A Província* foi recebida com entusiasmo pela opinião pública, que deu o devido destaque nos noticiários dos principais jornais do império. O campo de difusão desta obra transcendeu as arestas do liberalismo radical de Tavares Bastos, inspirando os signatários do Manifesto Republicano de 1870, que vislumbraram nas ideias de Tavares Bastos um modelo de *polis* a ser seguido. Fundado meses após a publicação de *A Província*, o Clube Republicano, que inicia as suas atividades no dia 3 de novembro deste ano, era composto por uma geração política que se desiludiu com a monarquia, bandeando-se para o republicanismo. Apesar dos princípios presentes no Manifesto constituírem a consagração do pensamento político de Tavares Bastos, não houve por parte do mesmo a adesão à cartilha do movimento. De fato, o elemento central da crítica de Tavares Bastos versava sobre a centralização político-administrativa do Brasil, devendo-se, para tal, a realização de uma série de reformas que visassem à descentralização. No que toca à referida questão, vislumbrava Tavares Bastos a consecução de uma federação, ou melhor, de uma monarquia federativa, entidade capaz de dotar as províncias de uma autonomia necessária para o revigoramento do país. Nesses termos, a configuração político-institucional do Estado acabava sendo uma questão de menor relevância, uma vez que a centralização poderia se manifestar sobre diversos arranjos institucionais; por isso, a importância de se reformar o que existe, e não fundar uma nova ordem.

Em pleno ostracismo político, Tavares Bastos se alinha à maioria dos membros do Partido Liberal ao optar pela abstenção nas eleições gerais de 1872, após a dissolução ministerial da Câmara dos Deputados, em 22 de maio. A situação política dos liberais adquirira contornos de dramaticidade: não havia perspectiva de retorno ao poder pelo Partido Liberal, uma vez que os ministérios saquaremas preservavam o prestígio político diante do trono brasileiro. À Tavares Bastos, não restava alternativa, senão dedicar-se à produção publicística e intelectual — rota de refúgio ante ao momento político adverso. Tavares Bastos designou sérias críticas aos correligionários de partido em carta endereçada ao conselheiro Saraiva, em 23 de setembro de 1871, que acabou sendo publicada em março do ano seguinte, sob o título *A Situação e o Partido Liberal*. Incomodava-o a esterilidade do Partido Liberal que, imobilizado no Clube da Reforma e no Centro Liberal, não atuava como agente dinâmico na proposição e difusão de ideias liberais que viessem a transformar a realidade do país. Seguramente, Tavares Bastos arrefeceu a sua confiança na monarquia ao fim da vida e, mesmo, a sua crença na reforma das instituições imperiais. Por sinal, nesta carta, o “poder pessoal” do monarca constituía a causa matriz dos males nacionais, sendo imprescindível a eliminação do autocratismo do Poder Moderador, bem como a adoção de reformas políticas que viessem a fundar instituições representativas de fato.

O padecimento dos últimos anos de vida decorre da agudização da doença, dos desgostos na vida política, e do escasseamento dos recursos econômicos, o que levou o político alagoano a alterar os hábitos cotidianos e o conforto particular. Ciente da gravidade da enfermidade, Tavares Bastos redigiu e publicou o seu último trabalho, o opúsculo *Reforma eleitoral e parlamentar e Constituição da magistratura*, em 1873. Espécie de testamento político legado aos seus contemporâneos, esta obra versava sobre a necessidade de se realizar uma reforma eleitoral no império, estuda o sistema proporcional e coloca a questão da eleição direta no centro dos debates políticos. Utópico para os conservadores, incendiário para a Coroa, radical para os liberais, alheio e monarquista para os republicanos; Tavares situava-se no âmbito político numa situação peculiar e isolacionista — diríamos outsider. Essa condição *sui generis* ao qual estava submetido o político alagoano foi destacada pelo jornal *A República* de 7 de agosto de 1873 (PONTES, 1975: 195):

Se nos fosse lícito dizê-lo, nós diríamos que com relação à ideia republicana o Sr. Tavares Bastos pode ser assinalado como o nosso mais considerável inimigo! Tanto mais considerável que é ele, de todos os homens públicos deste país que militam ainda nas fileiras dos partidos monárquicos, o que mais próximo está de nós.

Aclamado pela imprensa e pela mocidade liberal da época, Tavares Bastos parte rumo à Europa no fim de abril de 1874, objetivando tratar a doença que comprometia o seu desempenho político. No transcorrer do período que reside no continente europeu, Bastos se ocupa com o estudo de línguas e de literatura, sem deixar de se informar sobre os recentes acontecimentos políticos que perpassavam no Brasil. Em carta destinada ao pai, escrita em 20 de abril de 1874, Tavares Bastos confessa o desapontamento com o regime monárquico, incapaz de realizar as reformas que considerava imprescindíveis para o desenvolvimento do país, bem como para a manutenção do próprio sistema político. A decepção com a monarquia não significava o acolhimento da causa republicana, vista como uma configuração política turbulenta e conflitante, vide os acontecimentos políticos que marcaram a República Francesa, como o descreveu Tocqueville⁴. A monarquia brasileira frustrou, assim, as esperanças de Tavares Bastos de reaver os males que afligiam

o país, legado a uma condição de atraso circunscrito pela herança ibérica dominante. Diante dos seus olhos, o grande rendez-vous com a civilização não aconteceria enquanto perdurasse o atual regime, uma vez que a monarquia estava fadada à extinção.

73

Em 3 de dezembro de 1875, falece Tavares Bastos, vítima de pneumonia, em Nice, no sul da França. O enterro só se realizou no dia 2 de maio de 1876, no cemitério de São João Batista, no Rio de Janeiro. A prematuridade de sua morte repercutiu em todos os jornais da época, que dedicaram em suas páginas as mais candentes homenagens ao jovem político alagoano. Homem público, estadista, intelectual renomado e deputado ainda na flor da idade, Tavares Bastos havia se consagrado na carreira política desde muito cedo, encerrando praticamente a sua carreira aos 29 anos, a mesma idade em que Joaquim Nabuco iniciou a sua carreira política no Parlamento brasileiro. Semeador e precursor de ideias, dentre as causas em que mais se dedicou ao longo de sua vida, a democratização do sistema político ocupou o cerne de suas preocupações, arguindo a favor da descentralização do poder, de maior autonomia às províncias, da reforma eleitoral, e da federalização do Brasil.

Pensamento Político de Tavares Bastos

O programa político de Tavares Bastos perseguia a conjunção de uma ética da convicção trilhada sob a ética da responsabilidade, conjugando num plano prático e objetivo um conjunto de princípios que norteavam a sua práxis política. Ao visualizarmos a obra de Tavares Bastos, verifica-se que ele operava no campo do realismo político, visto que a sociedade e o Estado brasileiro eram tomados como objeto de análise e campo de intervenção política. De um modo geral, pode-se dizer que o “problema social” figurou como a ideia fundamental que norteava o pensamento político do deputado alagoano que, desde os escritos acadêmicos, mostrava preocupação com a escravidão e com as mazelas sociais da sociedade brasileira. No conjunto da obra de Tavares Bastos reside uma articulação que conecta os diversos problemas entre si de modo que as questões não são tratadas isoladamente, mas em conjunto. Bastos se expôs ao público da época como um outsider, como uma voz uníssona e dissonante em relação ao status quo dominante, como confessa ao eleger *Um Excêntrico* e *O Solitário* como pseudônimos políticos.

De acordo com Evaristo de Moraes Filho (2001), a obra de Tavares Bastos pode ser compreendida por certa inteireza no decorrer de sua vida, com pouquíssimas contradições em seu pensamento, por ter se mantido fiel às mesmas causas e por não ter oscilado em suas preferências políticas e partidárias. É possível que a morte prematura de Aureliano, que faleceu aos 36 anos de idade, tenha interrompido novas interpretações a respeito da vida política e social brasileira, visto que no fim da vida aparentava certa insatisfação com os rumos percorridos pelo sistema monárquico brasileiro, em específico o abuso do poder pessoal do imperador. Talvez viesse a aglutinar as fileiras do movimento republicano em ascensão, como chegou a defender Rui Barbosa (1849-1923) e Salvador de Mendonça (1841-1913) algumas décadas após a sua morte. De certo é que do início ao fim da vida manteve-se convicto de suas inclinações monarquistas, liberais, federalistas e democráticas; não sendo, de tal modo, plausível metodologicamente conjecturarmos uma abstração que não se concretizou.

Para Tavares Bastos, a fonte dos nossos males residia na maldita herança oriunda do passado colonial brasileiro, que acabou por prevalecer na sociedade brasileira a reprodução de hábitos e costumes da antiga Metrópole portuguesa; ou nas linhas de Evaristo de Moraes Filho (2001: 19): “(...) o Brasil teria sido um filho temporão de pai velho

e decadente, cheio de achaques, e que só lhe teria transmitido suas mazelas”. Assim sendo, na concepção de Bastos imperava na sociedade brasileira uma tradição ibérica atrasada, resquício de uma ordem política decadente historicamente: o absolutismo. Deveríamos extrair no presente, as lições para a superação do retrocesso e vislumbrar no futuro, a possibilidade histórica de instituímos uma sociedade fundada nos princípios da liberdade e da igualdade de condições, rompendo, de uma vez por todas, com o legado residual do iberismo. Inversamente ao caso brasileiro, a sociedade americana foi erigida a partir de uma série de hábitos e costumes que tinham a salvaguarda da liberdade como o pilar de sustentação de uma forma democrática de sociedade e de governo. De tal modo, não bastava a identificação dos sintomas do atraso, dos males do presente, mas, acima de tudo, era preciso propor um projeto de nação balizado por uma reforma profunda no Estado, na sociedade e nas instituições, de modo a criar as condições necessárias para tornar o Brasil uma nação democrática e liberal.

Passado, presente e o futuro faziam-se presentes no conjunto de sua obra. O passado teria sido introspectivamente repudiado por Tavares Bastos, que via na herança colonial portuguesa a raiz e fonte do atraso que obstruía o desenvolvimento do país. Uma herança convertida em espólio no presente oitocentista. Um passado no qual o Brasil não tinha do que se orgulhar, restando-lhe somente retirar as lições dos erros de outrora na esperança de construir algo melhor no futuro. Desvencilhar-se das Trevas para ser alçado ao seletivo grupo das nações modernas e democráticas deveria ser a meta a ser batida. Peculiaridade em sua doutrina: vislumbrar no fundo do poço a Luz que viria a ser o fio de esperança na construção de um novo país, de modo a transformar o atraso residual em progresso. Para tanto, se tornaria imperativo um consequente afastamento da cultura, das tradições, das leis e de todo o execrado legado herdado da antiga metrópole portuguesa.

Evaristo de Moraes Filho (2001: 21) qualifica Tavares Bastos como um perfil intelectual dosado por uma intencionalidade introspectiva, por certo sentido teleológico no seu modo de pensar que orientaria todas as suas ações. Ou seja, sua práxis política seria, até certo ponto, condicionada por uma interpretação negativa acerca do passado brasileiro, de forma que o presente deveria ser o espaço-tempo ideal para a equação dos dilemas nacionais, tendo em vista a edificação de um novo ordenamento, de um modelo de sociedade e de Estado mais prósperos e em conformidade com o ideário liberal. A análise desenvolvida por Bastos seguiria certo encadeamento lógico, um movimento dialético que viria a marcar distintamente a sua obra. O momento de crise em sua análise se dá no passado que, ao ser rechaçado no presente, ocasionaria em uma derivação positiva dessas antíteses: o futuro. Não existiria, portanto, algo dado para sempre, um “fatalismo muçulmano” no qual estaria o Brasil inexoravelmente fadado a definhir. Aureliano, na sua erudita formação intelectual, conhecedor profundo do movimento revolucionário de 1789, leitor arguto dos clássicos da Revolução Francesa, concebia a História como um movimento dinâmico e contínuo que poderia ser constantemente transformada pela ação humana. O voluntarismo seria o lastro identificador do Homem, que é, na percepção de Bastos, ao mesmo tempo agente ativo e passivo da História visto que, ao interagir com o meio social a qual pertence, passa a adquirir valores, crença, religião, e passa a ter, inclusive, uma certa visão de mundo. Por outro lado, o homem interfere reciprocamente nesta realidade, transformando-a, agindo sobre a tradição, sobre os costumes e suas leis, institui novos valores e ideias.

Tavares Bastos distanciava-se, assim, de uma abordagem idealista e simplista da realidade brasileira. Não haveria, segundo o autor, uma monocausalidade explicativa

dos fenômenos sociais, posto que a natureza de uma sociedade seria complexa onde os fatos sociais se intercondicionariam num processo contínuo de interação recíproca. Em suma, não existiria, de acordo com Bastos, fenômenos sociais isolados, ou, para usar uma expressão do léxico das Ciências Sociais, os fatos sociais seriam resultantes de uma teia de derivações, ao passo que qualquer tentativa de explicação da sociedade por uma via monocausal implicaria em um equívoco metodológico e teórico. Essa sociedade complexa possuiria também problemas de ordem complexa, de modo que as reformas deveriam agir sobre a sociedade na sua totalidade e não isoladamente, medidas articuladas entre si constituindo uma reforma profunda que incidiria sobre a sociedade aristocrática brasileira e o sistema monárquico. Diante da iminência republicana que granjeava dia após dia um número maior de adeptos, tornar-se-ia imprescindível reformar a monarquia para a preservação do regime.

Não chega a ser um desvario compreender Tavares Bastos como um homem à frente de seu tempo, como um dos preceptores da geração de 1870, como alguém que colocou em pauta uma série de questões que só viriam a ser problematizadas, anos mais tarde, por personalidades como Joaquim Nabuco e Rui Barbosa. As “ideias novas” da geração de 1870 já eram pregadas pelo alagoano desde 1861, quando lança publicamente um conjunto de questões que se tornariam os ideais políticos de inúmeros estudantes, intelectuais e estadistas, tais como: a redução da jornada de trabalho, a descentralização política e administrativa, o sistema representativo, a abolição gradual da escravatura, a imigração, a liberdade de cabotagem e a abertura do rio Amazonas ao comércio com outros países, o descanso semanal, a proteção social ao menor de idade, a regulamentação do setor trabalhista, a reforma educacional, a liberdade religiosa, dentre outros assuntos. Tavares Bastos foi, assim, prenunciador de ideias e tendências, lançou moda entre uma geração de intelectuais que, décadas mais tarde, levaram a cabo a sua “utopia política”. Se podemos concebê-lo, nesse momento, como um outsider, como alguém que desafiou as velhas instituições de seu tempo, como o próprio assume quando se autodenomina Um Solitário, o mesmo não se pode dizer dos legatários de sua doutrina que se aglutinaram num movimento amplo e heterogêneo questionando o modelo de sociedade e Estado vigente. Muitos políticos e intelectuais, inclusive, vieram a engrossar as fileiras do movimento republicano.

Para se ajustar às luzes desse século, seria imperativo a implementação de reformas profundas que teriam como fim o bem-estar e a qualidade de vida do povo brasileiro. Delineia-se no pensamento de Tavares Bastos certo traço utilitarista básico no seu modo de conceber a realidade, como percebeu Evaristo de Moraes Filho (2001: 28): “[...], fez da utilidade o critério da verdade. Vozes tais como *fecundo, fértil, útil, prático* encontram-se nele em toda parte”; e, em seguida, completa: “As verdades valiam se pudessem ser úteis, praticáveis, executáveis, se melhorassem as condições de vida, materiais e morais, da sociedade e do indivíduo; valiam, afinal, pelos resultados que produzissem *a posteriori*”. Em termos gerais, um dos traços característicos de sua plataforma política consistia na produção do máximo de bem-estar para o maior número possível de pessoas, como expõe Aureliano no Prefácio das *Cartas* (BASTOS, 1975b: 5):

[...] nós, os filhos da grande revolução moral do século XIX, assentamos as tendas de viagem sobre a montanha que domina a planície estreita ocupada pelos prejuízos. Para nós, só há uma política possível, um dever, um culto: melhorar a sorte do povo. Mas como? Observando a lei da natureza, isto é, fecundando as fontes vivas do trabalho, instrumento divino do progresso humano; isto é, restituindo à indústria a sua liberdade, a liberdade, sim! porque ela quer dizer a concorrência

universal, a multiplicidade das transações, a barateza dos serviços, a facilidade dos transportes, a comodidade da vida. [...] Tudo se prende nessa longa série de ideias. Sua fórmula geral, a liberdade. Seu resultado final, o bem do povo.

76

Depreende-se do diagnóstico descrito no trecho acima uma concepção de liberdade entendida como um bem em si própria, possivelmente resultado de sua filiação ideológica bastante identificada com as leituras de John Stuart Mill, Tocqueville e os federalistas estadunidenses. Tavares Bastos pregava por reformas que partiriam do Estado e do Parlamento, tendo em vista a modernização do país e a melhoria das condições de vida do povo. Encarava a política como uma missão redentora. O bem-estar do povo constituía-se como a razão de ser de sua vida enquanto homem público. Político por vocação, Tavares Bastos concebia a política como apostolado e como missão, ansiava transformar uma sociedade arcaica e estreitamente vinculada ao passado colonial numa sociedade moderna, fundada a partir dos princípios de liberdade e igualdade. Ideia e ação, teoria e prática, tudo se integra de tal modo em seu raciocínio que chegou a ser distinguido por Evaristo de Moraes Filho (2001: 28) como o primeiro pensador realista brasileiro, uma vez que buscava oferecer a todo o momento um encaminhamento prático às discussões de natureza política, jamais se distanciando do funcionamento real do mundo, de como se processam as instituições e o campo de ação dos partidos políticos. Teria sido, assim, um “idealista orgânico” segundo as palavras do próprio Evaristo a despeito da opinião de Oliveira Vianna, que o toma como “idealista utópico”, um sonhador romântico e visionário distante da realidade. Destaco uma passagem da Carta XII em que Tavares Bastos assinala o seu modo realista de encarar a realidade tendo em vista a adequação das ideias à realidade, das reformas às circunstâncias vigentes (BASTOS, 1975b: 106):

O país está cansado de agitações estéreis e de tentativas frustradas. O país sente a necessidade de atirar-se ao desconhecido. A realidade é intolerável, e ele começa a desprender-se inquieto dos braços da realidade, essa amante que tão cedo beijamos como logo repudiamos. [...] E a reforma se fará. Mas a minha esperança se apóia, meu amigo, na experiência, essa fria pedra de toque, na linguagem de Byron, cuja triste influência descora tudo. Creio no futuro, e ninguém resistirá às exigências do futuro. Não me qualifiquem de visionário, nem chamem as minhas ideias de utopias.

Diferentemente do que costuma se pensar, Tavares Bastos não desejava a aniquilação da tradição, mas a sua conseqüente reforma de modo a colocar o Brasil em conformidade ideológica, política, econômica e social com a dinâmica de um punhado de países europeus como Inglaterra e França, assim como os Estados Unidos. Ou seja, ajustar a realidade nacional às luzes do século XIX, sendo possível, portanto, a inclusão futura do Brasil no seletivo grupo das nações modernas e civilizadas. Em síntese, ansiava por um tipo de sociedade que primasse pela liberdade individual, pelo empreendedorismo do homem moderno e que gozasse de instituições democráticas balizadas pelo sistema representativo de governo – uma tradição modernizada advinda da reforma. É desse modo que nos afastamos de uma leitura que idealiza Tavares Bastos como um sectário ideológico, como uma subjetividade intransigente, dogmática e em dissonância com a realidade.

O deputado alagoano tomava a experiência dos Estados Unidos como referência paradigmática a ser seguida pelo Brasil, que deveria se espelhar no vizinho do Norte para se desvencilhar de uma vez por todas do “espírito arcaico e colonial” que fossilizava o desenvolvimento do país. Se o passado colonial de procedência ibérica representava o atraso, o moderno era identificado com o sistema político dos Estados Unidos, como

defende nesta passagem (BASTOS, 1976: 31): “A ausência de peias, quais aquelas com que fomos jungidos à imobilidade chinesa de Portugal, deveram os povos da Nova Inglaterra a sua nobre independência e rápida prosperidade”. Deste país, repelia apenas a sua forma republicana de governo e o racismo ainda muito intenso nos estados sulistas da federação. O modelo estadunidense simbolizava, assim, a ruptura com um legado de tragédia, a perspectiva de trilhar o caminho de um país que havia se libertado do jugo da colonização e se tornado, em pouquíssimo tempo, uma nação próspera e livre. Acreditava que, pela própria condição de ex-colônia, a experiência histórica brasileira apresentava maiores similitudes com o vizinho do Norte do que com a Inglaterra, devendo, portanto, se espelhar nos Estados Unidos a fim de refundar as suas instituições.

Concebia a política em termos de uma linha evolucionista cujo topo era ocupado pelos Estados Unidos da América, e a base, pelo Brasil. Por conseguinte, Tavares Bastos estabeleceu como missão a ruptura com o legado ibérico incrustado nas instituições brasileiras, capitaneando, em contrapartida, o impulso vivificador da república estadunidense como paradigma de supressão dos males nacionais, no qual a centralização político-administrativa ocupava um papel de destaque. Tavares Bastos era, assim, um americanista e procurou desenvolver várias de suas ideias na tribuna e na imprensa, apesar de, nos seus estudos da juventude, ter flertado, por algum momento, com o modelo inglês. A plataforma política e social de Bastos contemplava temas da sociedade civil e criticava o Estado carcomido que emperrava o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, propondo amplas reformas no aparelho estatal e no seio da sociedade, sem nunca contestar a ordem imperial ao qual era defensor. O social-liberalismo⁵ de Tavares Bastos inscreveu-se, deste modo, no âmbito do monarquismo. Apesar de crítico do império, não desejava a ruptura republicana. A solução para a crise anômica deveria estar na admissão de um plano de reformas profundas nas instituições monárquicas, de modo a possibilitar a formação de uma sociedade liberal calcada no sistema representativo de governo.

A defesa em prol da liberdade de cabotagem foi uma de suas principais bandeiras políticas, problema abordado ao longo de diversas cartas (XII a XXX). Tavares Bastos argumentava que a liberalização dos portos brasileiros, tanto pela via fluvial como pelo litoral, serviria como um estímulo ao desenvolvimento do país na medida em que facilitaria o fluxo de pessoas e mercadorias entre as mais longínquas regiões do Brasil, além de promover o transporte, o comércio e a relação entre as províncias. A amplitude do pensamento político do deputado por Alagoas atinge tal nível de abrangência que vincula o problema da liberdade de cabotagem a uma série de questões, como a abertura do Amazonas, a substituição do trabalho escravo, o problema da imigração, o desenvolvimento das províncias, assim como o progresso econômico regional do país. A vasta extensão territorial brasileira, a abundância de vias fluviais navegáveis e o extenso litoral serviriam como estímulos naturais ao desenvolvimento, a segurança do Estado e ao fortalecimento da unidade nacional. Tornar-se-ia imperativo ao desenvolvimento do Brasil a adoção de medidas liberais renovadoras, que viriam no sentido de romper com o execrado passado colonial, impulsionando o país em direção a um futuro promissor. A filiação liberal do político alagoano não seguia à risca à lógica partidária. Concebia a liberdade como princípio definidor de sua práxis como homem público. Nesse sentido, o modelo político norte-americano simbolizava a polis ideal a ser alcançada pelo Brasil, o que muito contribuiu a leitura de *A Democracia na América* de Aléxis de Tocqueville, durante os anos de faculdade.

No tocante à temática escravista, pode-se dizer que Tavares Bastos foi um dos precursores do movimento abolicionista no Brasil.

Durante o seu mandato parlamentar, a questão abolicionista ocupou um papel de destaque em sua agenda política. Seja nas suas publicações jornalísticas, nos discursos inflamados na Câmara dos Deputados ou na proposição de projetos de lei que viessem a promover gradativamente à extinção do cativo em favor do trabalho assalariado e livre, a verdade é que a temática abolicionista perdurou até os últimos dias de sua vida como uma das questões centrais do seu programa de reformas. Já na sua primeira obra, essa questão se fazia presente, sendo, em seguida, tratada reiteradamente sob diversos ângulos, que conduziram sempre ao mesmo resultado: a escravidão constituía-se como um dos males que assolavam a sociedade brasileira, e a única solução seria a sua absoluta erradicação. Uma observação geral a ser feita é que Bastos não concebia a escravidão como um fenômeno isolado, mas como um dos aspectos de um modelo de sociedade arcaica que mantinha, na sua forma de organização social, certas permanências do passado colonial. É mais do que evidente no seu modo de visualizar a política, a interligação dos diversos fenômenos sociais entre si formando um agregado complexo de fenômenos que se interdependiam de forma mútua e contínua no qual o próprio trabalho escravo não podia estar dissociado de outras questões de ordem social, política e econômica.

Decorre de tal reflexão que a escravidão não poderia ser extirpada de uma hora para outra sem que fosse dada a procedente contrapartida que iria substituir a antiga forma de organização do trabalho por outra fundada a partir de novas bases. O que se quer dizer é que a escravidão constituía-se como o pilar de sustentação do edifício econômico-social do império brasileiro, compunha a mão de obra que abastecia a lavoura desde os tempos da colônia e como instituição mantenedora economicamente da aristocracia cafeeira. Não era factível, apesar de desejável, a eliminação imediata da escravidão, sem que para isso se apontasse outro regime de trabalho que viria em substituição ao trabalho escravo. Pregava, assim, a adoção, em curto e médio prazo, do trabalho do imigrante, que, ao ser radicado no país, deveria gozar de uma série de incentivos oriundos da administração pública a fim de difundir em solo nacional as vantagens da mão de obra assalariada e livre. Ou seja, a abolição seria gradualmente realizada ao passo que o trabalho livre iria ao longo do tempo ocupando as lacunas deixadas pelo trabalho escravo.

Estas considerações, tomadas em conjunto, nos autorizam a afirmar que a escravidão, por estar integrada a um complexo organismo econômico-social, por constituir um dos males de uma sociedade atrasada, requer a adoção de uma série de medidas complementares que viriam a ser adotadas *pari passu*, de acordo com o ritmo de emancipação dos escravos, com um novo regime de terras que viesse a pôr fim ao latifúndio de modo a estabelecer e difundir a pequena propriedade derivada de um plano de reforma agrária, bem como a regulamentação e proteção do trabalho livre, a universalização do ensino, o incentivo ao trabalho imigrante, e até mesmo uma reforma política, eleitoral e religiosa.

Bastos tratou ainda da importância que o negro assumiu na formação étnica do Brasil, questão que foi retomada e analisada com maior acuidade teórica décadas depois por Gilberto Freyre (2006). Importante precursor do abolicionismo no Brasil, Tavares Bastos não figurou entre os grandes nomes do movimento abolicionista do país devido ao seu precoce desaparecimento da cena pública uma década antes da intensificação da propaganda antiescravocrata. No que tange ao problema servil, Bastos defendia uma emancipação gradual. O político foi responsável por vários projetos de lei visando à eliminação em médio prazo do trabalho escravo no Brasil. Destacam-se, dentre os projetos em torno do referido tema: a defesa da liberdade dos nascituros de escravos a partir de janeiro de 1866; o projeto de lei que proibia a posse e venda de escravos por companhias,

sociedades ou associações, sejam religiosas ou civis; e outro projeto estabelecia a alforria dos escravos por parte do governo imperial em prazos estabelecidos.

79

O político alagoano possuía um modo de compreensão global acerca dos problemas concernentes à realidade brasileira, de modo que a extinção do trabalho escravo deveria ter como medida profilática a introdução e difusão do trabalho imigrante. Haveria, portanto, uma complementaridade entre o problema abolicionista e o problema imigratório, posto que uma campanha abolicionista teoricamente orientada sem a contrapartida de uma resolução para o desequilíbrio trabalhista que se estabeleceria ao fim da escravidão poderia desencadear uma grave crise econômica. O problema da imigração ocupou um dos temas centrais da agenda política de Tavares Bastos, sendo um dos principais colaboradores da Sociedade Internacional de Imigração.

A despeito de sua agenda política liberal, Tavares Bastos acreditava que o Estado deveria intervir na promoção da imigração ao criar incentivos para a vinda do trabalhador estrangeiro. Tornou-se reconhecido pela causa em questão após a publicação do estudo *Reflexões sobre a imigração* em 1867, no qual realizara uma análise acurada acerca do empreendimento imigratório, defendendo a necessidade de se realizar reformas, como a implementação de uma lei de terras com o objetivo de fixar o imigrante à propriedade produtiva, o advento da liberdade religiosa e do casamento civil, a regulamentação da naturalização, a criação do imposto territorial, a facilidade de comunicação, a taxação progressiva sobre os escravos da cidade, o estabelecimento de contratos de parcerias e locação de serviços, bem como de núcleos de colonização estrangeira. Tavares Bastos considerava a propriedade latifundiária como um lastimável resquício da época colonial advinda dos tempos do sistema de doação, no qual a distribuição desproporcional da propriedade constituía um entrave ao desenvolvimento econômico e a captação do trabalho imigrante. Homem à frente do tempo, diversas ideias do deputado alagoano não se concretizaram em vida devido à incompatibilidade dos princípios com as circunstâncias históricas existentes, cabendo-lhe, portanto, o papel de preceptor e formulador de ideias que foram materializadas por uma geração posterior de políticos e intelectuais.

Antes de adentrarmos de modo mais sistemático no tema da centralização, ocupemo-nos imediatamente acerca da questão relativa à sua árdua defesa da liberdade religiosa nos limites territoriais brasileiros, ainda que para isso não tenha abdicado da sua crença católica. Nesse sentido, o comprometimento político do autor das *Cartas do Solitário* transcendia a simples defesa pela liberdade de culto propondo complementarmente a igualdade jurídica, seja no direito público como no privado; o que de certa forma significa dizer que todos os indivíduos, independentemente de ser senhor ou escravo, alforriado, camponês, operário ou imigrante, deveriam crer no que bem entendessem, não sendo, portanto, prerrogativa do Estado ou de qualquer instituição religiosa a primazia legal e ideológica sobre a fé das pessoas. Rechaçava, de tal modo, a ideia de uma igreja oficial, como no regime de padroado. Algumas considerações são aqui precisas no modo pelo qual Tavares Bastos compreendia a questão religiosa até porque o indivíduo consistia no elemento-chave de sua crença liberal temperada pela sua convicção no livre-arbítrio e no *self-government*. Apreciando a propensão doutrinária à livre iniciativa, a convicção no trabalho e no progresso da nação, Aureliano passou a nutrir certa simpatia pelo protestantismo, sendo, inclusive, acusado de ateu e seguidor dessa religião por adversários políticos descontentes com o sucesso e a rápida repercussão das *Cartas*. O que importa, no entanto, é que ainda que Tavares Bastos estivesse tratando ora da liberdade religiosa, ora da abolição do trabalho escravo, ou mesmo da descentralização, o seu fim

último e que interligava todas essas causas era a defesa da Liberdade, compreendida como um bem em si.

80

A centralização político-administrativa constituía um mal que comprometia o funcionamento da sociedade como um todo, atingindo a vida política e econômica do país. A concentração de poder por uma direção central e excesso de burocracia da administração acarretavam na perda de autonomia do funcionalismo público. Essa imobilidade burocrática emperrava o desenvolvimento do país, disseminando-se sobre toda a sociedade. A centralização era, assim, concebida como um resquício do passado colonial brasileiro, permanência absolutista da metrópole portuguesa cujo poder se encontrava concentrado num comando central. A solução, aparentemente simples, consistia na instauração de um modelo institucional que viesse a promover o desenvolvimento das províncias, o que só seria possível com a instauração de uma monarquia federativa em que se daria o fortalecimento dos governos locais e da própria sociedade civil. Não considerava Tavares Bastos a descentralização a solução para todos os problemas nacionais. Para o autor de *A Província*, tornar-se-ia indispensável uma nova configuração política e institucional que deveria vir acompanhada por uma série de reformas.

Não poderíamos encerrar a nossa análise acerca do pensamento político de Tavares Bastos sem que deixássemos de tratar do seu modelo ideal de sistema político: a monarquia federativa. Estamos convencidos que uma particularidade significativa do pensamento político do autor se caracteriza por não atribuir demasiada importância a forma de governo, tendo como questão fundamental um ideal de federação e de regime democrático que seria o lócus de sua filosofia política. Neste sentido, a monarquia não precisava deixar de existir, mas deveria ser reformulada a partir de novos fundamentos que estivessem em sintonia com as Luzes do século (leia-se democracia, liberalismo e federalismo), deixando para trás todo o espólio absolutista e centralizador (BASTOS, 1975a: 49): “Os destinos da monarquia no mundo moderno dependem da habilidade com que saibam os seus mentores convertê-la em instrumento flexível a todas as exigências do progresso”. Acreditava de boa fé que a monarquia seria compatível com uma forma representativa de governo calcada no sufrágio universal, e com uma configuração político-administrativa federalista; mantendo-se, de tal modo, monarquista até o fim da vida, convicto da possibilidade de se reformar o império adaptando-o às novas circunstâncias do país e do Mundo. Urge obstar qualquer indício de republicanismo no conjunto de sua obra a despeito de sua predileção pelo sistema político norte-americano, regime no qual poderia degenerar em anarquia e despotismo, se por acaso o espírito geral da sociedade brasileira não estivesse em conformidade com as instituições republicanas.

No campo de ação do monarquismo, Bastos colocou em evidência um conjunto de reformas que tinham como objetivo a modernização das instituições políticas brasileiras, com destaque para a limitação do Poder Moderador. Medidas complementares seriam essenciais para o êxito de seu programa político de cunho democrático-liberal, como a instauração de uma eleição de voto livre e direto, um Senado temporário e a implementação de uma Justiça eleitoral. Inúmeras vezes, Tavares Bastos se opôs ao que chamou de “poder pessoal do imperador”, o que lhe acarretou ao longo do tempo o seu distanciamento do epicentro da vida pública, pois a gravidade da crítica empreendida contra D. Pedro II e as instituições monárquicas escapou em diversos momentos do tênue limiar de moderação aristocrática habitual, desagradando à combatida elite política dirigente que desejava vê-lo fora de circulação. Viam-no como um incendiário,

um radical mancomunado com o ascendente movimento republicano, sendo preferível, portanto, o seu isolamento político. O outsider que foi derrotado num primeiro momento pela ferocidade impetuosa das calúnias e difamações dos seus adversários políticos obteve a sua glória alguns anos depois, na posteridade, quando inúmeras de suas ideias influenciaram significativamente a geração de 1870, em especial personalidades como Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, que levaram adiante a sua mensagem libertária. O seu legado político deixou marcas perceptíveis na história nacional ao se estabelecer como um dos mentores de uma geração que deu vida às suas principais teorias. Político pragmático, Tavares Bastos buscou pensar a realidade como um todo, vislumbrando uma sociedade mais livre, democrática e justa.

(Recebido para publicação em agosto de 2014)

(Reapresentado em novembro de 2015)

(Aprovado para publicação em novembro de 2015)

Cite este artigo

FERREIRA, Ricardo B. da Silva. Um outsider no império: o pensamento político de Tavares Bastos. *Revista Estudos Políticos: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF)*. Rio de Janeiro, Vol. 7 | N. 1, pp. 63 – 83, dezembro 2016. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>.

Notas

1. O tribuno José Tavares Bastos (1813-93) tornou-se presidente interino da província de Alagoas em 1849, após a deflagração de uma grave crise político-institucional na região.
2. Zacarias de Góis e Vasconcelos exerceu, pela terceira vez, a presidência do Conselho de Ministros, no período de 3 de agosto de 1866 a 16 de julho de 1868.
3. Simpático ao governo Olinda, Tavares Bastos mostrou-se crítico em relação ao gabinete Zacarias no início das atividades parlamentares. O político alagoano não seguiu a maioria liberal que decidira pela aprovação da reforma bancária.
4. Refiro-me à obra *O Antigo Regime e a Revolução* de Alexis de Tocqueville, publicada em 1856.
5. Termo cunhado por Evaristo de Moraes Filho para designar o liberalismo de Tavares Bastos que transcende ao apelo individualista da doutrina ao focar na melhoria das condições de vida do povo brasileiro.

Referências bibliográficas

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *A Província: estudo sobre a descentralização no Brasil*; apresentação de Arthur Cezar Ferreira Reis. 3ª ed. São Paulo; Ed. Nacional, 1975.

_____. *Cartas do Solitário*. 4ª ed., feita sobre a 2 ed. De 1863. São Paulo; Ed. Nacional, 1975.

_____. *O Vale do Amazonas: a livre navegação do Amazonas, estatística, produção comércio, questões fiscais do Vale do Amazonas; prefácio de Oscar Tenório. 3ª ed. São Paulo; Ed. Nacional; Brasília, INL, 1975.*

82

_____. *Os males do Presente e as esperanças do Futuro: estudos brasileiros; prefácio de Cassiano Tavares Bastos. 2ªed. São Paulo; Ed. Nacional, 1976.*

BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro. São Paulo: Hucitec, 2007.*

BRASILIENSE, Américo. *Os programas dos partidos e o Segundo Império. Brasília: Senado Federal, 1979.*

CÂNDIDO, Antônio. *Radicalismos. In: Revista Estudos Avançados. São Paulo, v. 4, nº 3, 1990.*

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. 3ªed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.*

_____. *O Brasil no Conselho de Estado: Imagem e Modelo. Revista Dados, v. 25, nº 3, 1982.*

COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.*

CUNHA, Euclides da. *À margem da história. Porto: Editora Lello Brasileira S.A., 1967.*

FAORO, Raymundo. *A República Inacabada.*; COMPARATO, Fábio K. (organização e prefácio Fábio Konder Comparato.) – São Paulo: Globo, 2007.

FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata. 4ªed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997*

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. – 51ª Ed. rev. – São Paulo: Global, 2006.*

HOLANDA, Sérgio Buarque de, org. *História Geral da Civilização Brasileira (tomo II – O Brasil Monárquico, vol. 3).*, São Paulo: Difel, 1967.

LESSA, Renato. *A Invenção Republicana: Campos Sales, as Bases e a Decadência da Primeira República Brasileira. 2ªed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.*

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.*

MERCADANTE, Paulo., *A Consciência Conservadora no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1965.*

- MORAES FILHO, Evaristo de. *As Ideias Fundamentais de Tavares Bastos*. 2ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001. 83
- PONTES, Carlos. *Tavares Bastos (Aureliano Cândido)*. São Paulo: Editora Nacional, 1975.
- SILVA, A. M. J. F. *Tavares Bastos: biografia do liberalismo brasileiro*., Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ-Tec, Brasil: 2005.
- _____. Os Dilemas do Liberalismo no Pensamento de Tavares Bastos. *Achegas.net*, v. 33, p. 33-42, 2007.
- TAVARES BASTOS. *Trechos Escolhidos*. Coleção Nossos Clássicos. Livraria Editora Agir, 1957.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *O Antigo Regime e a Revolução*. Traduzido por Yvonne Jean. 2ª ed. Brasília: Editora da Unb, 1982.
- VIANNA, L. J. W. . *A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004.